

JA

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ano IX N° 242 – Rio de Janeiro, 16 a 30 de novembro de 2011

União Pela Paz

Comunidades pacificadas também foram visitadas por comissões da Alerj. Nelas, os deputados ouviram os moradores na busca pela melhoria da qualidade de vida
PÁGINAS 6, 7 e 8

Foto: Mauro Pimentel

Terceira edição do Rio Eco Rural põe a telefonia no campo em discussão

PÁGINA 3

Legado das obras dos megaeventos esportivos motivam visitas e audiências

PÁGINAS 4 e 5

Obras do Porto do Açu e seus impactos são acompanhados por parlamentares

PÁGINAS 10 e 11

FRASES

“Queremos saber quantas crianças já foram internadas, se elas saíram do vício do crack ou não e, principalmente, se essa política tem sido eficaz”

Marcelo Freixo (PSol), em audiência para discutir política de internação compulsória da Prefeitura do Rio

“Fizemos trabalho de pesquisa com alunos universitários dentro das escolas públicas e chegamos à conclusão de que alguma coisa precisava ser feita para combater esse problema”

Chiquinho da Mangueira (PMDB), ao falar sobre lei que cria programa antibullying nas escolas

“Após 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, a cultura de respeitar os direitos dos clientes ainda não está enraizada no Brasil. Os consumidores continuam recorrendo aos tribunais para fazer valer as leis”

Waguinho (PRTB), na justificativa de projeto que obriga bancos a pôr as tabelas de preços em local visível

Rafael Wallace



PROJETO DE LEI

● Com a chegada das férias e das altas temperaturas, poluição das areias das praias mobiliza deputado



Deputado José Luiz Nanci (PPS)

● Tendo em vista a relação direta entre a água do mar e a areia das praias, estudos comprovam que, na areia, as bactérias, fungos e parasitas se proliferam rapidamente, podendo trazer riscos à saúde humana. Por isso, apresentei o projeto de lei 1.082/11, que pretende normatizar o monitoramento da qualidade da areia das

praias. O projeto propõe a análise periódica, tanto na parte úmida como na seca, onde há maior fluxo de pessoas. Conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), estudos sobre as condições microbiológicas e parasitológicas são recomendados, para a definição de futuras padronizações. O objetivo é verificar como a qualidade da água se reflete na qualidade da areia e qual é a possibilidade das areias serem fonte de contaminação por micro-organismos que podem causar doenças em seres humanos.

MÍDIAS SOCIAIS

Campanha da @alerj sobre o #crack está ma-ra-vi-lho-sa!: [#drogas #publicidade](http://tinyurl.com/6sfl99)

@luanaclara06
Luana Clara

📅 Dia 20/11 às 12:27

Com esse passo, entramos no rumo certo, no "Ordem e Progresso"!

Igor Nascimento

📅 Dia 22/11 às 14:20

Sobre aprovação da PEC que institui o Ficha Limpa no estado. Leia na página 9.

Vamos acompanhar o legislativo? RT @alerj Tem início a #OrdemdoDia desta quinta-feira (23/11), ao vivo na @RTVALERJ, canal 12 da NET.

@graboispedro
Pedro Grabois

📅 Dia 24/11 às 16:33

Barcas S.A.: cronica de muitos acidentes anunciados. Número de embarcações menor q o necessário. Algumas com mais de 50 anos de uso (...)



Deputado Gilberto Palmares (PT)

📅 Dia 28/11 às 22:53

Fazendo mamografia, toda mulher deve fazer uma vez por ano, ja fez a sua? Bom dia!



@myrianrios
Deputada Myrian Rios (PSD)

📅 Dia 28/11 às 15:54

As mensagens de mídias sociais são publicadas na íntegra, sem nenhum tipo de edição.

O JORNAL DA ALERJ está disponível também em áudio. Divulgue! <http://j.mp/audiojornal242>



Ou aponte o leitor de QR Code de seu celular



EXPEDIENTE



ALERJ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Gilberto Palmares

3º Vice-presidente
Paulo Ramos

4º Vice-presidente
Roberto Henriques

1º Secretário
Wagner Montes

2º Secretário
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafafa

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Gustavo Tutuca

JORNAL DA ALERJ
Publicação quinzenal da Diretoria Geral de Comunicação Social e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista responsável
Luís Valadão (JP-30267/RJ)

Editor-chefe: Pedro Motta Lima

Editor: Everton Silvalima

Chefe de reportagem: Fernanda Galvão

Reportagem: André Nunes, Fernanda Porto, Marcus Alencar, Melissa Ornellas, Raoni Alves, Symone Munay e Vanessa Schumacker

Edição de Fotografia: Rafael Wallace

Edição de Arte: Daniel Tiriba

Secretária da Redação: Regina Torres

Estagiários: André Coelho, Andresa Martins, Bruna Motta, Cynthia Obiler, Diana Pires, Fernando Carregal, Gabriel Telles (foto), Mauro Pimentel (foto), Nathalia Felix (foto), Paulo Ubaldino e Ricardo Porto.

Telefones: (21) 2588-1404/1383

Fax: (21) 2588-1404

Rua Primeiro de Março s/nº sala 406

CEP-20010-090 – Rio de Janeiro/RJ

Email: dcs@alerj.rj.gov.br

www.alerj.rj.gov.br

www.twitter.com/alerj

www.facebook.com/assembleiarj

www.alerjnoticias.blogspot.com

www.radioalerj.posterous.com

Impressão: Imprensa Oficial

Tiragem: 5 mil exemplares

siga a @alerj no

twitter

www.twitter.com/alerj

Ouçã sonoras dos deputados
radioalerj.posterous.com

Receba o JORNAL DA ALERJ em casa
<http://bit.ly/jornalalerj>

Veja nossos álbuns do Picasa
<http://bit.ly/alerjpicasa>

AGRICULTURA

Telefonia rural

Na terceira edição do Rio Eco Rural, parlamentares querem R\$ 11 bilhões do Fust para desenvolver o campo

CYNTHIA OBILER

O presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira da Alerj, deputado **Rogério Cabral (PSD)**, irá solicitar uma audiência pública na Câmara Federal, em Brasília, para discutir a distribuição de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o Fust. Cabral, que também preside uma Comissão Especial criada na Casa para debater o assunto, fez o anúncio durante a realização do III Rio Eco Rural, no dia 21, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho. Instituído pelo Governo federal com o objetivo de expandir o uso das telecomunicações no País, o Fust já arrecadou cerca de R\$ 11 bilhões desde 2000.

“Os recursos deste fundo encontram-se retidos desde que foi criado. Enquanto isso, o esvaziamento das áreas rurais só aumenta, graças à falta de infraestrutura e bem-estar social encontrados no campo. Precisamos sensibilizar o Governo para aprovar a regulamentação do uso do Fust”, afirmou o parlamentar. O superintendente de Universalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), José Gonçalves Neto (*foto acima*), acredita que, com o dinheiro do fundo, será possível “dar uma complementação ao Plano Geral de Metas da agência”, que teve sua última revisão em junho deste ano.



Fotos: Mauro Pimentel

Para o vereador de Nova Friburgo Márcio Damasio (PSD), é preciso levar telefone e internet “com qualidade” para o interior. “Em Nova Friburgo, temos internet apenas no Centro da cidade e, muitas vezes, de péssima qualidade. Nós, moradores de áreas rurais, merecemos serviços iguais aos oferecidos nos centros urbanos”, revelou. O subsecretário de Estado de Agricultura e Pecuária, Alberto Mofati, acredita que “a parceria entre estado e municípios é muito importante para a expansão, mas a liberação dos recursos do Fust é mais do que necessária, para que cidades, como as do interior, tenham melhores perspectivas”.

O diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Francisco Carlos Monteiro Filho, afirmou que a falta desses recursos acaba sobretaxando empresas e consumidores: “Para ampliar as telecomunicações no meio rural, as operadoras de telefonia estão usando dinheiro do próprio bolso, enquanto todos os brasileiros pagam por

uma taxa sem sentido. É preciso objetivar o destino desse dinheiro”.

Segundo o deputado Rogério Cabral, os relatórios com o resultado das demandas debatidas nos últimos encontros do Rio Eco Rural serão encaminhados ao presidente da Alerj, deputado Paulo Melo (PMDB). “Nossa principal preocupação é o êxodo rural e, durante os debates realizados em todos os nossos encontros, chegamos à conclusão que as pessoas continuam abandonando o campo em busca das facilidades dos centros urbanos. Tenho certeza que o presidente desta Casa continuará nos apoiando na luta por mais atenção a esta região, que representa 40% da balança comercial do País”, lembrou.

Também participaram da reunião os deputados **Paulo Ramos (PDT)**, **Sabino (PSC)**, **Luiz Paulo (PSDB)** e **João Peixoto (PSDC)**.

Sobre o fundo

O Fust, criado pela Lei 9.998/00, serve ao cumprimento de obrigações de universalização dos serviços de telecomunicações. Ele visa à cobertura de parcela dos custos de ações que vão desde a instalação de telefones públicos à criação de facilidades de comunicação via Internet para escolas e bibliotecas. O Fundo é formado pela contribuição de empresas prestadoras de telecomunicações, de 1% de sua receita operacional mensal com a prestação de telecomunicações pública e privada, independente da quantidade de autorizações, permissões ou concessões.

As pessoas continuam abandonando o campo em busca das facilidades dos centros urbanos”

Deputado Rogério Cabral (PSD)

Participantes do seminário estiveram na Alerj para discutir melhorias da produção agrícola, setor que movimentava 40% da balança comercial brasileira



LEGADO

Fotos: Mauro Pimentel



A herança das obras

Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 irão mudar a cidade do Rio, e grupo de deputados acompanha as intervenções para saber qual será o legado deixado

RAONI ALVES

Transformar o Rio de Janeiro, desenvolver a total integração das comunidades e promover a maior mudança social e urbana dos últimos 100 anos é o principal legado que os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 podem deixar para o estado. Criada para controlar os gastos das obras públicas e garantir o retorno financeiro e estrutural desses eventos, uma Comissão Especial para acompanhar a herança dos acontecimentos esportivos que estão por vir foi instalada na Alerj em julho de 2011. Em seis meses, o grupo de deputados tem entrado em campo para não deixar o Rio perder a disputa. Para eles, o cumprimento das metas estipuladas pelo Governo do estado será a principal medalha conquistada.

“Queremos fiscalizar o uso de investimentos do Governo do estado nas áreas de segurança, transportes, meio ambiente, qualificação profissional, esportes e lazer. Por isso, estamos buscando conhecer a fundo as experiências de outros legados, bem como ouvir a população quanto ao impacto que as intervenções podem proporcionar em cada local especificamente”, declarou



“Serão mais de 160 mil empregos para toda a Copa do Mundo de 2014. É um legado intangível”

Márcia Lins
Secretária de Esporte e Lazer

o deputado **Nilton Salomão (PT)**, presidente do colegiado. O maior foco estará voltado para as Olimpíadas, já que o Rio tem a exclusividade dos jogos de 2016. A cidade maravilhosa pretende se tornar olímpica e, com isso, revitalizar as zonas Oeste, Centro e Sul, o subúrbio e a região Portuária. São mudanças estruturais e sociais que passam por setores como o urbanístico e o hoteleiro, dentre muitos outros.

Os deputados **Bebeto (PDT)**, vice-presidente, **Gustavo Tutuca (PSB)**, relator, **Bernardo Rossi (PMDB)**, **Márcio Pacheco (PSC)**, **Aspásia Camargo (PV)** e **Enfermeira Rejane (PCdoB)** também integram a comissão. O trabalho tem sido intenso. Em defesa do direito da meia-entrada nos jogos da Copa do Mundo de futebol, eles receberam, na Alerj, representantes do Fórum Legislativo das Cidades Sede de 2014, presidido pelo



Tutuca (esq.) e Salomão debateram investimentos, como a reforma do Maracanã

deputado federal Romário (PSB-RJ). Em parceria com as comissões de Turismo e Desportos, da Câmara Federal, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, do Senado, os integrantes da Comissão do Legado visitaram as obras do Maracanã (*foto maior*) e quiseram saber como os R\$ 860 milhões serão gastos.

A secretária de Estado de Esporte e Lazer, Márcia Lins, ponderou sobre o retorno que estas intervenções vão proporcionar. “São mais de 4 mil empregos por causa das obras no Maracanã. Se pegarmos a Copa, são mais de 160 mil empregos. Esses são números para a década. É um legado intangível”, comentou Márcia, que garantiu o término das ações no Estádio Mário Filho para fevereiro de 2013.

Seminário

No último dia 25, a Comissão do Legado organizou um seminário para discutir o papel do Legislativo na herança dos megaeventos esportivos e defendeu a participação das cidades do interior nas Olimpíadas e na Copa, servindo como sedes para aclimatação de delegações estrangeiras. O presidente da Alerj, deputado **Paulo Melo (PMDB)**, aprovou a iniciativa: “São dois megaeventos que vão influenciar as atividades econômicas do estado. Vamos precisar do esforço de todos. Não se trata só da capital. Temos que buscar, inclusive, levar os jogos para outras cidades”.

Durante o seminário, o subsecretário de Estado de Esporte, Nilo Sérgio, afirmou que, somente com a Copa do Mundo de 2014, a economia brasileira sofrerá um impacto de R\$ 57,2 bilhões. “Além dos milhares de empregos diretos e indiretos, haverá um impacto econômico em razão somente da Copa. Serão benefícios na Construção Civil (R\$ 8,14 bilhões), em serviços prestados às empresas (R\$ 6,5 bi), em serviços imobiliários e aluguel (R\$ 4,4 bi) e no comércio (R\$ 3,7 bi)”, comentou.

Já em relação ao impacto econômico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, um estudo encomendado pelo Ministério do Esporte conclui que os investimentos públicos e privados e os gastos do Comitê Organizador provocarão efeitos multiplicadores amplos e diversificados na economia de todo o País. A estimativa de impacto no PIB do Brasil é de R\$ 22 bilhões, no período de 2009 a 2016, enquanto que, no período de 2017 a 2027, será de R\$ 27 bilhões.

No total, foram identificados 55 setores da economia que mais poderão se beneficiar com a realização do megaevento. A maior movimentação em virtude das Olimpíadas ocorrerá na construção civil (10,5%) e nos serviços imobiliários e aluguel (6,3%), só para citar os principais. A comissão da Alerj esteve também em terminais rodoviários da cidade do Rio, a fim de verificar as condições do transporte urbano na capital fluminense.

O legado

Porto Maravilha

Dentre as novidades do projeto, estão intervenções urbanísticas em todo o bairro da Saúde e no Morro da Conceição, além da construção dos museus do Amanhã e de Arte do Rio. A Praça Mauá será recuperada, assim como a Igreja de São Francisco da Prainha, e serão criadas 530 unidades residenciais através do programa Novas Alternativas.

Transoeste

Corredor expresso para ônibus que vai ligar a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, a Transoeste terá 56 quilômetros de extensão e 53 estações de BRT (*Bus Rapid Transit*). A expectativa é que a via reduza pela metade o tempo médio de viagem entre os bairros.

Transcarioca

Corredor expresso que vai ligar a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, a Transcarioca vai beneficiar também moradores do subúrbio da cidade. Com 41 quilômetros de extensão, a via cruzará bairros como Madureira, Vicente de Carvalho e Penha, depois de cortar toda a região de Jacarepaguá. A expectativa é que o tempo do trajeto seja reduzido em até 60%, o que vai beneficiar cerca de 400 mil pessoas todos os dias.

Transolímpica

Os 26 quilômetros de BRT que ligarão o bairro de Deodoro à Barra da Tijuca pela Transolímpica farão mais do que encurtar o tempo de deslocamento dos atletas entre as instalações dos Jogos de 2016. Diferente dos outros dois corredores em construção, ele servirá de via expressa também para carros, sem cruzamentos ou sinais, como na Linha Amarela.

Bairro Carioca

Moradias que beneficiarão mais de 2 mil famílias de áreas de risco.



Complexo da pacificação

Projeto que trouxe novos ares às comunidades do Rio, as unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tornaram-se o carro-chefe da política de Segurança Pública do Governo do estado e, como não poderia deixar de ser, mobilizaram também o Poder Legislativo. Após o primeiro ano da UPP em uma das maiores regiões afetadas pelo tráfico de drogas no Rio, o Complexo do Alemão, zona Norte da capital, o **JORNAL DA ALERJ** mostra ações parlamentares que têm referendado a presença das forças de paz.



Rafael Wallace

Comerciantes elogiaram a Força de Paz para Freixo e Sabino (PSC) (de barba)

CYNTHIA OBILER E PAULO UBALDINO

No Alemão, a Alerj chegou logo depois da ocupação com o Ônibus da Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pela deputada **Cidinha Campos (PDT)**. “Com o veículo, conseguimos atingir uma camada da sociedade excluída, que possui os mesmos direitos de qualquer outro cidadão”, disse Cidinha. O serviço realizou mais de 70 atendimentos na região. O taxista José Viana aproveitou para procurar o ônibus. “É importante que as autoridades também nos enxerguem. A UPP nos deu destaque. Enquanto trabalhava, recebi uma multa, mas não sabia como recorrer. Quando soube do ônibus, procurei atendimento e fui orientado corretamente”, agradeceu.

Comissão que fez o maior número de visitas às comunidades pacificadas, a de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, presidida pelo deputado **Zaqueu Tei-**

xeira (PT), esteve no Alemão, no Dona Marta, no Cantagalo e na Rocinha. “As visitas têm como propósito conferir o desenvolvimento dos projetos sociais e saber se o Estado tem chegado a esses locais, não só com segurança, mas também com aparelhos sociais e cidadania”, explicou o petista. Nesses locais, o parlamentar também ouviu a opinião dos moradores. “Agora, podemos transitar livremente, sem problemas. Meus netos me pedem, todos os dias, para andar no teleférico”, enalteceu Roberto Ferreira, de 59 anos, morador do Morro do Adeus há 38.

No Dona Marta, em Botafogo, zona Sul do Rio, a primeira comunidade a receber uma UPP, em 2008, o petista percorreu as vielas junto ao presidente da Comissão de Habitação da Alerj, deputado **Alessandro Calazans (PMN)**, e ao deputado **Luiz Martins (PDT)**. Calazans explicou que é fundamental



Mauro Pimentel

Deputados estiveram no Dona Marta e discutiram posse definitiva de terrenos

que os moradores de áreas pacificadas tenham a garantia definitiva de seus imóveis. “Muitas habitações nessas áreas têm problemas claros de regulamentação fundiária. Nosso colegiado pode atuar, de forma decisiva, na garantia da posse definitiva”, esclareceu.

A Rocinha, comunidade ocupada pela Força de Paz neste mês, recebeu ainda a visita da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. “Podemos perceber que a ocupação ocorreu de maneira tranquila. Apesar de garantir que os policiais foram respeitosos, a região não pode continuar vivendo em condições insalubres, sem água e com lixo à mostra”, ressaltou o presidente do colegiado, deputado **Marcelo Freixo (PSol)**. Moradora da Rocinha há 15 anos, Regina Marta disse que a comunidade acostumou-se a ficar sem água. “É comum ficarmos uma semana sem água encanada. Quando isso acontece, é necessário que todos

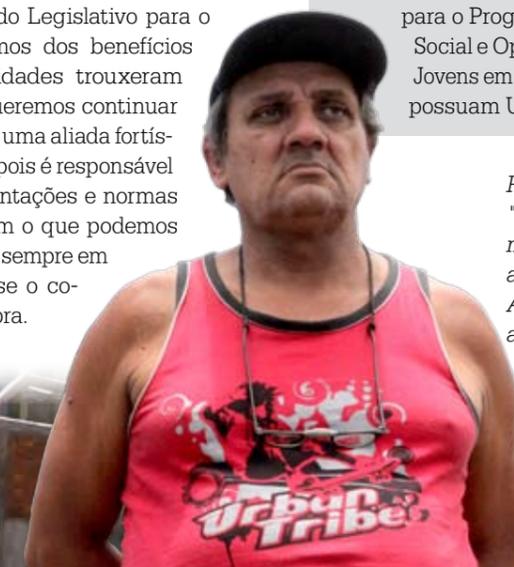
os vizinhos se unam, para acumularmos água reserva”, informou.

Para o sociólogo Ignácio Cano, da Universidade do Estado do Rio (Uerj), qualquer ação pública que garanta a cidadania de uma parte da população “antes excluída” é bem-vinda. “Nesse sentido, a participação da Alerj só vem a somar”, pontuou. “É preciso mudar a doutrina do confronto e adotar a doutrina da pacificação”, acrescentou. Empossado em outubro, o comandante-geral das UPPs, coronel Rogério Seabra, também salientou a importância do Legislativo para o projeto. “Sabemos dos benefícios que essas unidades trouxeram ao cidadão e queremos continuar assim. A Alerj é uma aliada fortíssima para isso, pois é responsável pelas regulamentações e normas que determinam o que podemos fazer, pensando sempre em melhorias”, disse o comandante Seabra.

Energia barata e jovens no trabalho

Além das visitas das comissões, o Poder Legislativo também tem se dedicado à aprovação de normas que garantam o sucesso das políticas públicas em áreas pacificadas. Em uma dessas determinações, os moradores serão beneficiados pelo Programa Estadual de Incentivo ao Consumo Consciente de Energia. É o que garante a Lei 6.096/11, de autoria do deputado **André Ceciliano (PT)** e do deputado licenciado Rafael Picciani, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo do dia 29. A nova norma incentiva a regularização dos chamados *gatos* de energia elétrica. As concessionárias terão de regularizar a situação dos moradores e promover incentivos ao uso consciente. “Temos um potencial de 650 mil novos clientes nas áreas que estão e poderão estar pacificadas. Isso vai fazer com que nós, clientes que já pagamos a luz, tenhamos uma redução na conta, pois a empresa de energia fará um programa de eficiência”, defendeu Ceciliano. Já o projeto de lei 1.043/11, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado pela Alerj, em discussão única, permitindo um empréstimo de US\$ 60 milhões para o Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens em comunidades que possuam UPP.

Roberto Ferreira: “Muita coisa mudou desde que a UPP chegou no Alemão. Posso andar livremente”



Áreas com UPPs terão suas próprias TVs comunitárias



As comunidades pacificadas terão um centro de interatividade. O assunto está sendo discutido pelo Fórum de Desenvolvimento Estratégico da Alerj, através de uma Câmara Setorial criada especificamente para debater o crescimento da Economia Criativa. Para isso, a Casa aliou-se ao Centro Experimental de Conteúdos Interativos Digitais (Cecid). A parceria visa à articulação e à integração de órgãos governamentais, empresas de *software*, geradores de conteúdo e instituições de ensino e pesquisa, para o fortalecimento econômico do estado.

Segundo a *designer* multimídia do Cecid Marcella França (*foto*), um dos objetivos do grupo é a criação do 1º Centro de Interatividade em um local com UPP. “Nestes centros, iremos auxiliar a produção de TVs interativas comunitárias, que serão operadas por moradores. Queremos incluir pessoas no mercado digital através de novas oportunidades de trabalho”, declara Marcella. Para ela, com o uso da tecnologia digital interativa, será possível desenvolver e ampliar o sentido de cidadania dos moradores.

A secretária-geral do Fórum, Geiza Rocha, acredita que o Cecid, que funciona há quatro meses, já conta com boa infraestrutura. “Em breve, o centro estará apto a promover a inclusão social e digital através da capacitação de jovens, proporcionando a eles novas perspectivas”, ressalta. O Cecid é um projeto patrocinado por diversas instituições, entre elas a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RJ). Ele faz parte do Rio Digital, uma parceria do Governo do estado e da Prefeitura do Rio com entidades empresariais. (*colaborou Everton Silvalima*)

O morro tem vez

3.500

Militares envolvidos nas 19 UPPs

1,4 milhão

Moradores beneficiados

Unidades instaladas

Dona Marta, Cidade de Deus, Jardim Batan (Realengo), Babilônia/Chapéu Mangueira, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Tabajaras/Cabritos (Copacabana), Providência (Gamboa), Borel (Tijuca), Formiga (Tijuca), Andaraí, Salgueiro (Tijuca), Turano (Rio Comprido), Macacos (Vila Isabel), São Luiz/Matriz/Quieto (Engenho Novo), Coroa/Fallet/Fogueteiro (Catumbi), Prazeres/Escondidinho (Santa Teresa), São Carlos (Estácio), Mangueira/Tuiuti (São Cristóvão) e Rocinha

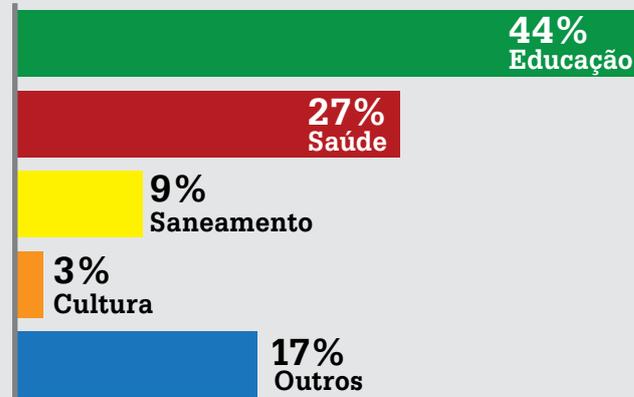
Próximas unidades a serem instaladas

Vidigal, Chácara do Céu e Complexo da Maré

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança

ENQUETE

Depois da instalação das UPPs, qual deve ser o setor priorizado pelo poder público?



Vote na próxima enquete, acesse: www.alerjnoticias.blogspot.com

CURTAS

El Loco

Ídolo da torcida do Botafogo, o atacante Loco Abreu (*foto, centro*) mostrou, no dia 24, que também é craque fora das quatro linhas do campo. Solícito e simpático, o jogador tirou fotos e atendeu a todos os pedidos de autógrafos durante o evento, aberto pelo presidente da Alerj, deputado **Paulo Melo (PMDB)**, em que recebeu o Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro. A honraria foi concedida por iniciativa do deputado **Xandrinho (PV)**. “Como botafoguense, é claro, digo que ele é o maior ídolo contemporâneo do clube, depois de Jairzinho. E é ídolo também de outras torcidas, que aprenderam a admirá-lo”, disse o verde.



Animadores culturais

Cerca de 500 animadores culturais contratados pela Secretaria de Estado de Educação poderão voltar ao trabalho imediatamente. A Procuradoria Geral da Alerj conseguiu no dia 22, através de um efeito suspensivo, decisão favorável na ação que impedia a prática da atividade. A ação civil pública de exoneração dos animadores não concursados, bem como a realização de concurso para contratá-los, foi proposta este ano pelo Ministério Público estadual, com decisão favorável da Justiça. Com o recurso da Procuradoria, a sentença foi suspensa até o julgamento da ação por uma das câmaras cíveis do Tribunal de Justiça.

CONSTITUIÇÃO

Ficha limpa no Rio

Mauro Pimentel

Aprovada emenda que impõe inelegibilidade de condenados pela Justiça

FERNANDA PORTO

Em resposta aos apelos da população, que há anos vem se organizando em defesa da chamada *Ficha Limpa*, que impõe a inelegibilidade aos candidatos já condenados na Justiça, a Alerj estendeu a determinação aos cargos de livre nomeação do estado. A iniciativa, apresentada na forma de uma emenda constitucional pelos deputados **Comte Bittencourt (PPS)**, **Luiz Paulo (PS-DB)** e **Robson Leite (PT)**, foi promulgada pelo presidente da casa, deputado **Paulo Melo (PMDB)**. Defensor da medida, ele inclui a emenda entre as grandes e precursoras ações do Parlamento estadual, como a extinção da gratificação por sessão extraordinária e a redução do recesso parlamentar. “Fomos a primeira Assembleia do País a proibir o nepotismo. Quando Brasília fez o mesmo, esta vedação já vigorava há mais de seis anos no Rio”, complementa Melo. “Essa não é a primeira e nem será, com absoluta certeza, a última medida saneadora e de comunhão com os interesses da sociedade tomada pela Alerj”, garante.

A proposta, já transformada na emenda constitucional 50/11, impede futuras nomeações para o alto escalão dos três poderes de pessoas enquadradas nos critérios da inelegibilidade na norma federal. Na prática, cargos como de secretário, procurador-geral do Estado e de Justiça, defensores públicos, diretores de agências reguladoras e chefes e delegados de polícia não poderão ser ocupados por quem tenha sido condenado sem que caiba recurso. Para Luiz Paulo, não faz sentido que políticos, que precisam comprovar sua condição de ficha limpa ao concorrer, possam depois nomear pessoas que não se enquadrem nesse critério. Em plenário, ele defendeu que a norma é vantajosa para os líderes das três esferas de Poder. “É um enorme ganho para o desempenho das



Bittencourt (esq.), Leite (centro) e Luiz Paulo barraram quem tem problema na Justiça

funções de cada um, uma vez que não serão mais nomeados aqueles que têm prática nefasta, prejudicial ao serviço pública”, apontou.

Robson Leite destacou que a proposta amplia o efeito de combate à corrupção e demais crimes na política, o que atende às recentes manifestações populares. “É uma necessidade urgente para a construção de um projeto de nação verdadeiramente fundamentado em pilares democráticos. Não podemos jamais abrir mão dos princípios republicanos, e essa PEC vem neste sentido”, argumenta. Já Comte destaca que a emenda impede que seja dado poder às pessoas que tiveram a candidatura vedada. “É importante que pessoas já punidas pela inelegibilidade não tenham acesso a cargos públicos, onde podem dar sequência aos crimes já cometidos”, destaca.

Elogiando a medida, que, segundo ele, “merece aplausos”, o cientista político e professor da PUC-Rio Ricardo Ismael observa que a novidade só poderá ter seu alcance avaliado após o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o Ficha Limpa federal, voltada para cargos eletivos. “A repercussão mais efetiva da emenda constitucional aprovada pela Alerj dependerá do pronunciamento final da mais alta corte do País”, pondera.

Fique sabendo

É vedada a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal para os cargos:

- ✓ Secretário de Estado e subsecretário;
- ✓ Procurador-geral de Justiça, procurador-geral do Estado e defensor público-geral;
- ✓ Superintendentes e diretores de órgãos da administração pública indireta, fundacional, de agências reguladoras e autarquias;
- ✓ Chefe de Polícia Civil, titulares de Delegacias de Polícia, comandante-geral da Polícia Militar, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, comandantes de batalhões de Polícia Militar e comandantes de quartéis de Bombeiro Militar;
- ✓ Reitores das universidades públicas estaduais;
- ✓ Todos os cargos de livre provimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do estado.

PORTO DO AÇU

Norte em evolução



Comissão visita porto e realiza audiências para discutir impacto do empreendimento

ANDRÉ COELHO

A maior obra em curso no continente está acontecendo no Estado do Rio, para a construção do porto que se tornará um dos mais importantes terminais de carga do mundo, com três vezes e meia a capacidade do Porto de Santos, o mais importante do País atualmente. Para acompanhar a construção do Porto do Açu, em São João da Barra, Norte fluminense, a Alerj instalou, em outubro, uma comissão especial, que já realizou cinco reuniões onde foram ouvidos representantes do

grupo EBX, que controla a empresa LLX, responsável pelo empreendimento, secretários de Estado e moradores da região. Os deputados ainda visitaram, no dia 18, as obras e conheceram de perto o empreendimento que “poderá ser a redenção do Norte fluminense”, garante a presidente do grupo, deputada **Clarissa Garotinho (PR)**.

“Trata-se um investimento enorme e é muito importante a Alerj voltar suas atenções para ele”, afirma Clarissa. A parlamentar ressalta a importância do porto – chamado por muitos de Superporto por suas dimensões –, para o desenvolvimento do Rio, em particular o Norte do estado, mas destaca também a importância do respeito ao meio ambiente e aos moradores. “Não temos dúvidas

da importância do empreendimento para o Norte fluminense. Mas o Porto do Açu deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto”, avalia a parlamentar, após conhecer as obras e sobrevoar a região. “É um projeto muito importante para alavancar o desenvolvimento destes municípios, que são muito dependentes das receitas do petróleo”, completa.

Presidente da LLX, empresa de logística do grupo EBX que é responsável pela construção do porto, Otávio Lazcano cita números e detalhes do empreendimento: “Já estão sendo instalados no complexo industrial uma siderúrgica, uma usina termelétrica, o maior estaleiro do Brasil e uma indústria de tubos flexíveis, e estamos negociando com outras 50

CURTAS

Programa do TCE

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) terá, a partir de 2012, um programa quinzenal na TV Alerj, canal 12 da NET. O acordo foi acertado no dia 16, durante encontro do presidente da Alerj, deputado **Paulo Melo (PMDB)**, com o presidente do TCE, Jonas Lopes de Carvalho Junior (*foto, dir.*). Segundo Melo, com este programa a sociedade fluminense passará a conhecer o papel do tribunal. “O Tribunal de Contas, antes de ser um órgão fiscalizador e punitivo, é um órgão que, pela sua essência, tem que ser educador”, explicou Melo. “A Alerj é a grande responsável pela fiscalização dos recursos do Governo do estado e a sociedade é a grande destinatária desses recursos. Por isso, precisa saber o que está acontecendo, e este convênio vai proporcionar esta divulgação”, comemorou Lopes.



Nathalia Felix

empresas". Segundo o executivo, a localização do porto também é privilegiada. "Em um raio de 150 quilômetros do empreendimento, estão localizados 85% da produção de petróleo do Brasil. Teremos uma grande infraestrutura para a exploração do pré-sal", informa.

Com todo esse investimento, o crescimento populacional da região gerou preocupação entre os integrantes da comissão. Relator do grupo, o deputado **Luiz Paulo (PSDB)** fala da necessidade de se encontrar soluções, principalmente para o abastecimento de água e o saneamento. "A empresa está estudando alternativas como dessalinizar a água do mar, mas outras soluções para a captação de água precisarão ser encontradas", destaca. Suplente da comissão, a deputada **Janira Rocha (PSol)** lembra que as cidades da região não têm infraestrutura necessária. "São João da Barra vai aumentar de 50 mil para 450 mil habitantes em dez anos, e, em Campos, este número vai crescer de cerca de 500 mil para mais de 1 milhão de pessoas", alerta.

As desapropriações de propriedades rurais no 5º distrito de São João da Barra, onde está sendo construído o porto, também estão sendo acompanhadas pelos deputados. O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Julio Bueno, informou à comissão que as 16 famílias residentes na região desapropriada já foram realocadas na Fazenda Vila da Terra, próximo ao local original. Produtor rural reassentado, Enielson de Souza afirma que sua vida melhorou. "Hoje, temos uma vida melhor na fazenda. Vamos apenas esperar passar o verão para voltar a plantar quiabo, maxixe e abóbora", conta. Segundo a LLX, Souza e outros produtores reassentados passarão ainda por uma capacitação para otimizar sua produção.

Veja a apresentação feita pela LLX
<http://j.mp/alerjllx>

Ou aponte o leitor
 de QR Code de
 seu celular



Divulgação

Deputados visitam obra do porto, cujo investimento previsto é de US\$ 40 bilhões



Proteção do meio ambiente em destaque

A sustentabilidade ambiental, com a compensação dos impactos gerados pela construção do porto na região, também é alvo da comissão. "Sabemos que é inevitável existirem impactos, mas queremos garantir que eles sejam minimizados ao máximo", declara Clarissa Garotinho. Diretor de Sustentabilidade do Grupo EBX, Paulo Monteiro fala sobre as ações na região. "Compramos uma fazenda de 4.500 hectares, que transformamos em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Vamos desenvolver projetos de recuperação da vegetação em parceria com o Jardim Botânico do Rio", declara.

Segundo o diretor da EBX, a RPPN terá um viveiro com capacidade de produção de cerca de 100 mil mudas de espécies nativas da região por ano, que serão usadas na recuperação de áreas degradadas. O complexo industrial estará cercado ainda por 18 mil hectares de áreas protegidas pelo estado, entre Áreas de Proteção Ambiental e parques estaduais de conservação. Além da proteção das matas, a companhia vai repassar 2,1% de todo o valor investido para ações de saneamento e proteção da biodiversidade, como explicou Paulo Monteiro. "A legislação só obriga o repasse de 1,1%, mas a empresa fez este acordo com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para repassar mais", completa.

Cana-de-açúcar

Fomentar a produção de energia alternativa e, ao mesmo tempo, o setor de produção de cana de açúcar no Estado do Rio é o objetivo da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroenergético, lançada na Alerj no dia 18. Presidente da frente, o deputado **Roberto Henriques (PSD)** quer reverter o quadro de declínio da atividade econômica registrado desde a década de 1990. "Neste momento, o mundo está procurando a energia limpa e, sem dúvida alguma, o setor sucroenergético tem extrema importância para a economia e a geração de energia alternativa", afirmou. Henriques adiantou, ainda, que a primeira audiência pública da frente acontecerá na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, um dos municípios produtores de cana, em data a ser definida.

Vazamento de óleo

Devido ao fato de o Rio de Janeiro concentrar 80% de todo o petróleo prospectado no País, deputados da Alerj decidiram criar um grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver um plano regional de prevenção e contingência de acidentes de vazamento. A ideia foi apresentada em audiência pública ocorrida no dia 24. O evento discutiu a extensão dos danos territoriais do derramamento de óleo causado pela empresa americana Chevron na Bacia de Campos, litoral Norte fluminense. "Não podemos esperar que este plano seja desenvolvido pelo Governo federal", afirmou o presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Casa, deputado **Átila Nunes (PSL)**. Também participaram a presidente da Comissão de Saneamento, deputada **Aspásia Camargo (PV)**, e o vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado **Alessandro Calazans (PMN)**.

LEGISLAÇÃO

Com todo o gás

Uma explosão provocada por vazamento de gás marcou o mês de outubro em um dos mais movimentados pontos do Centro do Rio: a Praça Tiradentes. A tragédia poderia, devido ao horário ocorrido, por volta das 7h30,

ter sido pior. Mesmo assim, houve mortes. Esse acontecimento demonstra algo que muita gente já sabe: com gás não se brinca.

Na Alerj, os deputados têm se mobilizado para evitar graves acidentes.

A Lei 5.988/11, de autoria do deputado **Dionísio Lins (PP)**, inclui em outra norma já existente, a Lei 4.384/04, do deputado **Comte Bittencourt (PPS)**, a determinação de multar e apreender motocicletas que insistam em transportar botijões de gás. Outras leis dispõem diretamente sobre o armazenamento do gás liquefeito de petróleo (GLP): a 5.209/08, dos deputados **Paulo Melo (PMDB)** e **Dica (PSD)**, obriga a oferta de botijões de cinco e oito quilos para o envasamento do produto; e a 4.945/06, do deputado **Paulo Ramos (PDT)**, estipula condições mínimas de segurança para o armazenamento – problema que pode ter causado a tragédia na Praça Tiradentes. Nesta legislatura, diversos projetos também tratam do tema. Depois da explosão no Centro, os deputados Dionísio Lins e **Marcus Vinícius (PTB)** protocolaram projetos de lei sobre a utilização dos botijões. O 959/11, de autoria do primeiro, proíbe botijões em estabelecimentos comerciais, e o 992/11 obriga a afixação dos laudos de vistoria da empresa de gás em hotéis, bares, restaurantes e afins. “A medida se justifica pois, na maioria dos acidentes, tal como o da Praça Tiradentes, bem como aqueles ocorridos no interior do estado que não ganham repercussão na mídia, os clientes desconhecem que determinado comércio funciona irregularmente”, explica o petebista. “A inspeção com periodicidade devida e acompanhamento de empresas credenciadas é uma das maneiras de evitarmos catástrofes e vítimas, como na Praça Tiradentes”, garante Lins. *(matéria da Redação)*